

Judith Butler: Filósofa da vulnerabilidade

Felipe Dutra Demetri⁷⁵

RESUMO: Pretendemos neste artigo apresentar Judith Butler como uma filósofa da vulnerabilidade. Nesse sentido, encontramos nas obras iniciais da filósofa elementos para repensar a categoria do sujeito. A maioria das leituras de Butler salienta o conceito de performatividade, e embora essa categoria seja central, ela não é a única que Butler lança mão para reconsiderar o sujeito. A vulnerabilidade apareceria aí como elemento chave na formação subjetiva. Nas obras pós 11 de setembro, vulnerabilidade reaparece, mas para salientar a precariedade constitutiva da vida. Nesse momento de sua obra, Butler tematiza questões como ética, luto e enquadramentos normativos. Procuramos sistematizar a noção de vulnerabilidade para a filósofa norte-americana passando por quatro possíveis dimensões extraídas de sua obra.

PALAVRAS-CHAVE: Judith Butler, vulnerabilidade, precariedade, resistência, ética.

Introdução

Sabe-se que a vulnerabilidade enquanto conceito parece ser acompanhada do qualificador “social”, estando tal ideia intimamente associada à dinâmica dos riscos (MONTEIRO, 2011). Uma sociedade complexa, como se costuma dizer, atravessada por um lado, por dinâmicas macroeconômicas que expõem populações à pobreza e ao risco e, por outro, desastres naturais cada vez mais frequentes (BECK, 1992). O risco aparece nessa gramática como um fator inevitável ou, na melhor das hipóteses, mitigável. As profundas transformações que a humanidade exerce, condição indelével para o progresso e desenvolvimento na modernidade, tem como subproduto inevitável um fator de *imprevisibilidade* e de resultados inesperados, como ocorre em todo sistema que se preze. Nesse sentido, o léxico das organizações multilaterais, como Banco Mundial (2012, 2018), assume um tom cínico, porém não menos preciso: a

75 Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela mesma instituição.

vulnerabilidade é algo que precisa ser gerido. A “gestão” da vulnerabilidade, nesse contexto, expõe uma operação explicitamente biopolítica. Os eufemismos que esses documentos lançam mão pouco conseguem esconder um quadro futuro já antevisto: as transformações futuras do capitalismo, da democracia liberal e do meio ambiente levarão a maior desigualdade social e mais exposição aos desastres naturais.

A vulnerabilidade pode assumir um sentido ainda mais sinistro: como condição inevitável de determinadas populações, mulheres, negros, índios, lésbicas, gays, população trans, pessoas com deficiência. Ora, os pesquisadores, ao insistirem nessas articulações, não estariam eles próprios reiterando essa posição? Isso não é negar que não haja uma *maior* vulnerabilidade, mas daí não deve se seguir que a vulnerabilidade é característica indelével de determinadas populações. E pior: muitas vezes acompanha tal discurso um enunciado implícito de tutela, esvaziando a agência política desses atores. Nesse sentido, todo e qualquer conceito, especialmente aqueles usados à exaustão e sem rigor teórico de uso e definição, pode nos lançar em armadilhas e becos sem saída. O quadro é ainda menos animador quando o campo progressista adere a tal receituário, como parece ser o caso com a vulnerabilidade.

Nesse sentido, a filósofa norte-americana Judith Butler vem desenvolvendo pesquisas que recolocam o problema da vulnerabilidade em termos filosoficamente mais precisos e inovadores. A autora, que vem sendo recepcionada no Brasil pelo viés dos estudos de gênero e sexualidade, explorou nos últimos anos temas da política em contextos globais, como em *Precarious Life* (2004), *Frames of War* (2009) e *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (2015). Butler admitidamente não abandonou os estudos de gênero e sexualidade; entretanto, propomos neste artigo um outro uso possível de Butler, elegendo, como eixo articulador de uma parte significativa de sua obra a noção de *vulnerabilidade*. Nesse sentido, vamos passar em revista as principais obras da filósofa, com o esforço de demonstrar que vulnerabilidade, assim como a noção mais consagrada de *performatividade*, é um conceito chave para acessar seu pensamento. Não temos como objetivo sugerir que a teorização da filósofa componha um panorama coerente do início até o presente momento; acreditamos que o pensamento se dá e se concretiza (provisoriamente) através de *rupturas*. Ao mesmo tempo, não devemos renunciar tão facilmente o esforço de encontrar determinadas regularidades, preocupações reiteradas, problemas que se atualizam. Para demonstrar a importância da vulnerabilidade, precisamos consultar algumas obras em que tal ideia

não aparece explicitamente. Tal recurso, porém, será útil para situar o pensamento de Butler em face de uma preocupação constante: *o corpo e sua relação com o poder*.

Poder e performatividade: idiosincrasias do sujeito linguístico

Judith Butler tem como marco inaugural de suas grandes obras o livro *Gender Trouble* (1990). Contudo, já tinha intensa atividade intelectual antes da publicação deste livro, o segundo de sua bibliografia. Antes disso, havia trabalhado e expandido sua tese de doutoramento, que culminou em *Subjects of Desire* (1987), uma revisão da recepção francesa – Foucault, Lacan, Kristeva, Deleuze – da filosofia hegeliana sob o ângulo do desejo. O desejo, sabemos pela leitura kojéviana de Hegel, é um conceito decisivo na metanarrativa do senhor e do escravo; o anseio pelo reconhecimento que possibilita e configura a tenacidade do indivíduo na sua existência social.

A década de 1980, período de maturação intelectual de Butler e a escrita dessas duas obras acima mencionadas, foi um momento pródigo na discussão política e intelectual norte-americana. Destacamos, primeiro, os intensos debates sobre o sujeito do feminismo, que tem sua produção mais destacada, talvez, nas críticas do feminismo negro ao feminismo branco, como em Angela Davis e bell hooks. Por outro lado, era época do início e da rápida expansão da epidemia de AIDS nos Estados Unidos e em diversas outras partes do mundo. Viu-se surgir essa figura do aidético, esse doente frágil, exposto, vulnerável (MISKOLCI, 2015). Os movimentos sociais que tomaram para si a tarefa de disputar o valor daquelas vidas, organizando vigílias públicas que chamavam atenção para aquelas mortes, foram influências decisivas no pensamento de Butler. O luto como uma categoria política; a vida como objeto do poder. Ainda, o *ball culture* nova-iorquino e as expressões performáticas de drag queens também causaram forte impressão na filósofa, exemplificando a urgência de questionar a estabilidade da categoria de identidade, tão cara a determinados movimentos.

Em 1988, Butler publica um artigo em que ensaia sua consagrada noção de performatividade: *Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory* (BUTLER, 1988). Nesse período, influenciada pelo pensamento existencialista (Beauvoir) e fenomenológico (Merleau-Ponty), Butler contesta a noção de uma essência do gênero; para a autora, os códigos e as sanções morais seriam um *script* pré-dado cuja realização depende de sua reiteração continuada. Nesse sentido, o gênero, longe de possuir uma essência, encontra-se na própria

realização superficial de seus atos; isto é, ele não “se expressa” como um locus imanente da agência pressuposta e generificada, sendo melhor entendido como resultante de atos corpóreos estilizados que instituem uma ilusão exterior de identidade.

Outro artigo desse mesmo período, *Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions* (BUTLER, 1989), Butler lança uma ideia importante que será fundamental mais adiante. A autora percorre uma tensão interna encontrada no texto foucaultiano, realizando o gesto desconstrutivo de opor o autor aos seus próprios pressupostos. A filósofa encontra dois posicionamentos conflitantes de Foucault a respeito do corpo: um Foucault “oficial”, em que o corpo não pode ser pensado fora dos dispositivos de poder; um Foucault “subterrâneo”, em que o corpo apareceria como mera superfície de significados históricos. Butler renega veementemente qualquer posição que coloque o corpo como mera “superfície de inscrição”, como receptáculo passivo de significados históricos; para a autora, o corpo tem responsividade, reações, resistências. É preciso, vamos dizê-lo assim, fazer uma opção, com suspeição crítica, pelo Foucault “oficial”.

Em *Gender Trouble*, Butler (BUTLER, 1990) se lança definitivamente no projeto de uma “genealogia do gênero”. A psicanálise é questionada como mais uma modalidade de produção cultural generificada e heterossexista. Para a filósofa, há pressupostos problemáticos e não-questionados que perduram na psicanálise. Mas Butler não entende a psicanálise como um monólito. Há tensões internas, contradições, derivas importantes e subversivas que podem nos conferir caminhos importantes, como a noção de mascarada de Joan Rivière. Ainda, outro alvo de Butler é o estruturalismo de Lévi-Strauss e o apelo à distinção fundamental entre natureza e cultura. Tal diferenciação serve aos propósitos de uma reiteração cultural do sexo como apoio fático e biológico. Há que se questionar esse aparato, denunciando o recurso ao sexo e à natureza como mais um estratagema cultural envolvido na produção do binarismo de gênero e da compulsoriedade da heterossexualidade. Nesse sentido, a autora defende a ideia de performatividade, recusando conceber o gênero como uma *essência* do indivíduo. Para Butler, o gênero é encontrado na repetição estilizada e sancionada de atos corporais; esses atos *dissimulam* uma essência interna, uma verdade do indivíduo. Tal intento leva Butler a questionar a política identitária, sempre envolvida na produção de exclusões constitutivas, isto é, a rejeição fundamental de um Outro ao qual me oponho (mas que permanece incluído pela exclusão). Butler aposta numa *política da paródia* (BUTLER, 1990, p. 146), em que a citacionalidade – a repetição continuada – do gênero é posta em relevo, e que traz para o centro da ação política a subversão do

gênero como possibilidade de garantir formas mais democráticas de conviver com outras modalidades de expressão corpórea.

Butler recebe um forte influxo de críticas depois de *Gender Trouble* e *Bodies that matter* (BUTLER, 1993) é como que uma resposta a esse momento. Para alguns autores, Butler teria “desconsiderado” o corpo. Acusam-na, ironicamente, de praticar o gesto que renegou, isto é, o corpo como mera malha passiva de significados. Mas Butler insiste na sua posição: tentar rastrear o corpo parece sempre levá-la para fora do corpo, e talvez, diz a filósofa, essa seja uma das características principais do corpo (BUTLER, 1993, IX). O apelo à materialidade (corpórea) é tema antigo, que remonta à filosofia grega clássica: em Platão, segundo Butler, o feminino estaria identificado com uma “forma” que confere ao masculino sua plena materialidade. Mas é inócuo, adverte Butler, meramente inverter essa fórmula, gesto que Luce Irigaray pratica em sua teoria. Isto é, apostar numa materialidade feminina. Esse caminho, embora tentador, insiste na exclusão constitutiva de outras modalidades de materialidade (BUTLER, 1993, p. 43). É preciso uma modalidade de crítica teórica e prática que se comprometa mesmo com as materialidades renegadas e excluídas. Ainda, nesse livro Butler expande a noção de performatividade para abarcar os atos de fala que conformam o campo discursivo no qual algo como um corpo pode ser concebido; em um modelo análogo ao de Foucault em *Vigiar e punir* (1987), Butler identifica os discursos responsáveis por conformar uma zona de possibilidades do gênero como uma dimensão possível da performatividade.

É em *Psychic Life of Power* (1997a) e *Excitable Speech* (1997b) que Butler introduz, de forma mais ou menos sistemática, o que entende por vulnerabilidade, lançando-se numa empreitada de reconsiderar o sujeito foucaultiano à luz de contribuições da psicanálise. O caminho percorrido até aqui fora importante para situar o lugar dessa opção teórica na obra da filósofa. Em *Psychic Life of Power*, Butler quer fazer convergir esses dois campos teóricos que pouco dialogam: a teoria normativa do sujeito de Michel Foucault (1987) e a teoria psicanalítica freudo-lacanianiana. Com efeito, para Butler esse diálogo é importante para dar um passo além em um paradoxo reiterado do sujeito: se se admite que o poder como elemento decisivo da cena da formação subjetiva (a *subjetivação*) do sujeito, seria o sujeito totalmente assujeitado ao poder? Qual o nível desse assujeitamento? Há espaço para a agência? Renegar o poder não parece ser opção. Tal intento poderia levar a uma espécie de humanismo em que poder e sujeito estão dissociados e em polos opostos. Ainda, Butler considera importante

reabilita, mesmo que de forma crítica, as potencialidades da categoria de sujeito. O poder que age no sujeito não se transmite inalterado: o poder é vulnerável às renegociações, produzidas nas reiterações do sujeito desse poder. Portanto, o paradoxo do sujeito, em Butler, assume o sentido de uma profunda ambivalência: o poder que age no sujeito é que justamente possibilita sua agência, ou melhor, uma forma condicionada de agência. A vulnerabilidade, nesse sentido, é uma categoria chave para entender a formação do sujeito: se não podemos pensar o sujeito sem o poder, há então uma *vulnerabilidade fundamental* do sujeito a um poder que não é seu e que lhe precede. Butler conclui afirmando: “Essa vulnerabilidade qualifica o sujeito como um tipo de ser explorável” (BUTLER, 1997a, p. 20). Explorável, e não explorado. O poder pode subordinar, mas, paradoxalmente, toda e qualquer possibilidade de agência e de resistência precisam passar pelo poder. A vulnerabilidade, logo, não se distancia da resistência.

No livro *Excitable Speech* (1997b) há uma espécie de complemento a essa teorização. Butler explora a vulnerabilidade linguística do sujeito para pensar a de liberdade de expressão. Para a autora, nomear e insultar tem uma relação íntima, que a autora sublinha na expressão em língua inglesa *to call a name*: receber um nome ou um insulto é estar sujeito a algo que não se desejou, que não era propriamente “meu”, e que me introduz numa determinada economia de significados. A nomeação, portanto, comporta esse aspecto de injúria e de dano primário (BUTLER, 1997b, p. 4). Mas é ao mesmo tempo a possibilidade de ter algo “meu”: ter um nome é condição mínima de sociabilidade e de existência social. Em sentido similar, Butler insiste que é inócuo insistir na fixidez de certas palavras, isto é, reiterar o lugar “sagrado” de determinados epítetos como sempre e automaticamente injuriosos. Ser vulnerável a eles não significa que se será sempre vulnerável. A própria palavra *queer*, que dá nome à teoria *queer*, representa essa subversão de determinadas noções: é preciso apostar no deslocamento de significados, na quebra dos contextos, no poder da citacionalidade, na vulnerabilidade própria do poder, sua permeabilidade e abertura à subversão.

Butler encontra em Antígona a representação literária do gesto de apropriação e subversão das normas, posição explicitada no livro *Antigone's Claim* (2000). Com efeito, a obra artística foi sujeita a intensa leitura teórica, e Butler problematiza alguma das interpretações consagradas sobre a peça. Para Hegel, citado por Butler, Antígona encarnava a oposição das leis divinas em relação às leis da *polis*. Antígona estaria situada fora da *polis*, em posição de exterioridade às leis dos homens (BUTLER, 2000,

p. 17). Em Lacan, também citado na obra acima mencionada, Antígona teria escolhido a opção da morte por desafiar os comandos do parentesco. Sua posição aberrante só poderia levar a tal resultado (BUTLER, 2000, p. 54). Quanto a Hegel, Butler argumenta que embora seja verdade que Antígona desafia as leis da *polis*, ela ainda assim se vale de um linguajar jurídico para demandar o enterro adequado do seu irmão. Nesse sentido, ela estaria, no mínimo, em uma posição ambivalente. Já sobre Lacan, Butler critica a noção subjacente de *simbólico*, conceito que teria sido reduzido a um conjunto de posições estanques que fixam os termos do parentesco. Em ambas interpretações há um núcleo de poder não questionado que situa Antígona na posição de *abjeção*, de radical exterioridade e de impossibilidade lógica. Para Butler, porém, tal descrição não passa de mera opção. Antígona não está fora nem do *simbólico* nem da *polis*; vulnerável a ação dos poderes instituídos, ela ainda assim encena um ato de resistência possível com as condições materiais e discursivas que dispõe para resistir ao comando injusto. O apelo ao simbólico como categoria transcendente – que infelizmente é reiterado por alguns psicanalistas lacanianos – está dentro da órbita de uma estratégia que visa rejeitar e reiterar a posição de *aberrante* e de *abjeção* a determinadas populações (BUTLER, 2000, p. 69).

Corpos precários, vidas que importam

Em termos de marcos temporais, chegamos nos anos 2000. Sabemos que o acontecimento inaugural dessa década foi o atentado terrorista de 11 de setembro, vitimando milhares de pessoas em Nova York. Esse evento interpela Judith Butler em sua teoria e seus posicionamentos políticos. A própria filósofa documenta um certo clima de censura voluntária que se seguiu ao evento, em que se demandava um apoio cego e acrítico aos Estados Unidos e sua resposta bélica (BUTLER, 2004). Butler não tinha intenções de se juntar a esse coro. Cerca de seis meses após o atentado, Butler denuncia, em artigo de opinião, a detenção indefinida que os Estados Unidos aplicavam nos presos de Guantánamo, destituídos de garantias, fora dos marcos da legalidade (BUTLER, 2002). Há, nesse ponto da obra butleriana, uma sensível influência do autor italiano Giorgio Agamben (2002; 2008), filósofo que teorizou sobre o *Estado de exceção* como paradigma de governo e a *vida nua* como potencial situação de abertura e exposição à morte pelo poder soberano. Mas, como veremos, Butler futuramente toma uma posição mais crítica em relação a Agamben.

Talvez o primeiro ponto de afastamento pode ser encontrado em *Precarious Life* (BUTLER, 2004), explicitamente pela questão da vulnerabilidade. Butler sugere que há meios de distribuir a vulnerabilidade, a exposição ao risco e ao perigo, de forma desigual. É preciso ter em mente esse aspecto do poder responsável por proteger e vilipendiar vidas de forma *discriminada*. Há aí um primeiro ponto de ruptura com a noção mais genérica de *vida nua* de Agamben, que parece ser um diagnóstico generalista, ou, pelo menos, uma situação em potencial. Butler exemplifica tal questão através do luto. Para Butler, o trabalho de enlutamento nos ajuda a iluminar uma distribuição desigual de valores sobre a vida. O fato que choramos uma morte e não outra, especialmente no contexto do conflito norte-americano contra o *terrorismo*, nos informa que existem mecanismos normativos responsáveis por regular o fluxo de distribuição de valores sobre as vidas (BUTLER, 2004, XII).

A vulnerabilidade parece começar a informar também a teorização de Butler sobre ética. Primeiro, há um elemento corpóreo indelével nas demandas que a ausência do corpo do outro provocam no trabalho de luto: a falta de um corpo que abre a possibilidade para uma crítica da violência. Segundo, Butler recupera de Emmanuel Levinas a primazia da vulnerabilidade do Outro no sistema de obrigações éticas. Para Levinas, a extrema precariedade constitutiva do Outro cria demandas de proteção – se reconheço que minha possibilidade de existência é atravessada pelo Outro, isso nos convoca a admitir um liame mais claro que nos vincula uns aos outros, e que nos possibilita pensar em uma prática política não-violenta (BUTLER, 2004, p. 131). Terceiro, em *Giving an account of oneself* (BUTLER, 2005), a partir da influência de Adriana Cavarero, filósofa arendtiana, o reconhecimento do diagnóstico da condição humana enquanto precária deve nos levar a recolocar o sentido da indagação ética “quem sou eu?” para um “quem és tu”, abrindo-se para o Outro, para a alteridade (BUTLER, 2005, p. 46). Butler tematiza, nesse sentido, a falibilidade do relato: quando articulo uma narrativa “minha”, essa discursividade depende de uma *desposseção* do discurso em que o sujeito aparece como objeto da própria narrativa. É que para Butler a condição da “falabilidade” é ser atravessada pelo Outro.

O reconhecimento dessa precariedade constitutiva, porém, não é sinônimo de inação, de passividade, de exclusão da *polis*. Butler tematiza tal ponto em *Who sings the nation state?* (2007), em que se expõe os limites da *vida nua* de Agamben. Para o italiano, a instituição de um poder soberano implica na inclusão (mediante exclusão) de uma esfera da vida, a *vida nua*, que permanecerá numa região de indeterminação, de

limbo. A face oposta ao poder soberano é a esfera da *vida nua*, uma vida à mercê do poder (AGAMBEN, 2002). Para Butler, porém, tal noção pode nos levar a conceber uma vida em que o poder se situa numa posição de exterioridade. Nada mais equivocado. A posição de Agamben repete um diagnóstico em que a vida está à *merce* do poder; a *vida nua*, para Butler, insiste na posição de *exclusão* da polis. Adverte a filósofa, nesse sentido, que os dispositivos encarregados de criar essa “exclusão” – de pessoas trans, de lésbicas e gays, de negras e negros, de refugiados – não são ausentes de poder, mas sim saturados e regidos pelo poder. Não se trata de pensar mais em termos de exclusão, mas de uma inclusão em um outro “estado”. É por isso que, como provoca a filósofa, é difícil pensar no “apátrida” (stateless) como alguém que está “sem-estado”. Ainda, é preciso que, mesmo teorizando essa “exclusão”, encontre-se meios de conceber, teoricamente, modalidades de subversão e resistência. Butler se inspira na Hannah Arendt de *O declínio dos direitos do homem e o fim do Estado-nação* (ARENDR, 1989, p. 300) para enunciar uma modalidade performativa de resistência ao poder. Assim como Arendt concebia uma espécie de “direito a ter direitos”, Butler argumenta que a própria enunciação de Arendt é performativa, e que mesmo esses sujeitos frequentemente vistos como sem qualquer agência política ainda são capazes de opor resistências performativas aos poderes instituídos. Para Butler, a vida nua de Agamben não é capaz de tematizar essa modalidade de resistência (BUTLER, 2007, p. 62).

É em *Frames of War* (2009) que Butler expande seu projeto de denunciar os esquemas normativos que delimitam o campo das vidas possíveis das vidas impossíveis, denominando tal operação como *enquadramento*. Assim como o processo de uma fotografia, há uma escolha de delimitar o espaço de percepção. Essa escolha, quando pensamos em termos mais amplos da esfera pública, é regida pelo poder. A desestabilização dos esquemas normativos responsáveis por regular o fluxo de inteligibilidade – isto é, os dispositivos que governam o que pode ser entendido como uma vida possível – nos permitiria conceber outras modalidades de vida (BUTLER, 2009, p. 12). Mas isso também passa por uma discussão de Butler sobre o que há em nós que nos une aos outros. Ou seja, para além da denúncia dos processos de *enquadramentos* – de exclusão ou de regulação da esfera pública –, Butler vai além e reivindica uma posição que reconsidera o corpo no seu aspecto de relacionalidade. Mais uma vez é preciso rejeitar o corpo como mera superfície de inscrição. O corpo tem responsividade, é vulnerável, é confrontado com palavras, ações e pessoas que não

conhecemos; *o corpo como sempre exposto ao mundo exterior* (BUTLER, 2009, p. 33-34). Para a filósofa, é preciso pensar em termos de uma nova *ontologia social do corpo*, que pressupõe e põe em relevo a relacionalidade corpórea. Longe de ser uma unidade discreta, o corpo é *precário* no sentido que ele sempre será fundamentalmente dependente dos outros. É nesse sentido que se abre uma possibilidade de reconsiderar o lugar de uma ética não-violenta da co-dependência.

Em *Notes toward a performative theory of assembly* (2015), livro que marca o limite temporal dessa pesquisa, Butler destaca três dimensões possíveis da vulnerabilidade – há uma quarta, que falaremos adiante – que esquematizamos nesse momento, cotejando com o trabalho e as teorizações anteriores da filósofa, numa espécie de síntese transitória:

(I) *Vulnerabilidade enquanto resistência*. O sujeito vulnerável entregue às normas não se confunde com um sujeito passivo, sem agência. É nos códigos desse poder assumido que o sujeito pode ensaiar uma esfera possível de liberdade e subversão do poder. Ainda, a vulnerabilidade tem um aspecto mais delineado de resistência quando os corpos se colocam na rua, em manifestação. Para Butler, já há aí encenado, performativamente, uma recusa e uma transgressão ao poder (BUTLER 2015, p. 9-10). Mesmo esses agentes cuja capacidade política é frequentemente renegada, as populações precárias, ao se colocarem no espaço público, produzem uma tensão na esfera de representação; esses corpos, mesmo sem “dizer nada”, já produzem uma resistência;

(II) *Vulnerabilidade e ética*. Para Butler, a abertura do sujeito às normas e aos discursos dos Outros o colocam numa posição de opacidade em relação à própria narrativa. Nesse sentido, quando se articula um relato pessoal, há um elemento de despossessão do Eu, enunciado em terceira pessoa. Uma ética que passa pela despossessão desestabiliza os sujeitos como unidades discretas e coloca o problema da comunicabilidade e da relacionalidade em outros termos. É preciso salientar esse aspecto de relacionalidade que nos une, que passa pela nossa condição de extrema precariedade, de uma vulnerabilidade constitutiva. Em face dessa dependência com os outros, Butler reflete sobre uma *ética da coabitação*, em que agir forçosamente para retirar determinados indivíduos de um espaço de convivência constituiria uma modalidade de violência ética (BUTLER, 2015, p. 104);

(III) *Vulnerabilidade como relacionalidade*. A vulnerabilidade é a resposta que Butler dá para a figura filosófica do corpo como mera superfície de inscrição. No tropo

da formação subjetiva, o Eu sempre está aberto e entregue aos outros. Nisso concordam mesmo as doutrinas psicanalíticas e normativas. O sujeito é um ser em que sua agência reside no perigo e no paradoxo de ser sujeito à exploração. Mas Butler vai ainda além: é preciso, além de pensar a categoria do sujeito, questionar o estatuto do corpo ontologicamente considerado. Para a autora, o corpo precisa ser concebido em conjunto com as infraestruturas, de todos os níveis e modalidades, que permitem e possibilitam as condições seguras de existência de um corpo (BUTLER, 2015, p, 130). Inspirada pelos estudos sobre deficiência e os debates sobre feminismo e raça, não se pode desconsiderar de um corpo as tecnologias encarregadas de sustentá-lo (e de, por vezes, negá-lo).

Conclusão

Para George Shulman, a teoria política começa com a instauração de um sentimento de perigo iminente, que encontra em Thomas Hobbes sua mais célebre formulação (SHULMAN, 2011, p. 227). No discurso oficial da teoria política canônica, a vulnerabilidade e a exposição ao perigo devem ser totalmente rejeitadas; em nome da *defesa social*, a *máxima segurança possível*. Contudo, podemos sugerir que na elisão de uma esfera da vulnerabilidade – pois mesmo a melhor segurança não é infalível – podemos encontrar pistas para compreender a violência desproporcional que atinge as próprias populações frequentemente ditas como vulneráveis. Temos em mente o célebre argumento de Walter Benjamin (2011) em *Para uma crítica da violência*, em que no ato fundador do direito, zona de violência primordial, há a eliminação de todas as outras violências, permanecendo uma violência própria ao Estado. É preciso lembrar, contudo, da íntima relação entre o poder e a vida, e que se há a inclusão (mediante a exclusão) de uma modalidade de poder, há igualmente a captura de uma esfera da vida – isto é, o argumento de Agamben (2002) em *Homo sacer I*. Em Butler, a vulnerabilidade aparece, além das outras três dimensões que destacamos, como uma *crítica da violência* (BUTLER, 2009, p. 51).

A autora, que recorre à vulnerabilidade para explorar a abertura do sujeito ao poder, imprime no conceito significados mais amplos que coincidem com um deslocamento sutil no seu trabalho, em que se coloca em maior destaque a *precariedade da vida*. Qualquer crítica à violência e aos poderes instituídos precisa confrontar e problematizar os agenciamentos encarregados de distribuir valores desiguais sobre as

vidas. Mas identificar populações mais susceptíveis ao poder, ao perigo e à morte não deve nos levar a naturalizar essas posições, postura que somente reitera os dispositivos de “exclusão”. Talvez assim seja possível sair dos enunciados cínicos da “gestão da vulnerabilidade”, por um lado, e das “populações vulneráveis”, por outro.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua 1*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. Tradução de Henrique Búrigo.

_____. *Estado de exceção* (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução de Iraci D. Poleti.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a new modernity*. Tradução de Mark Ritter. Sage Publications: Londres, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem* (1915-1921) Organização, apresentação e notas de Jeanne-Marie Gagnebin; tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011.

BUTLER, Judith. *Subjects of desire: hegelian reflections in twentieth-century France*. New York: Columbia University Press, 1987.

_____. *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory*. *Theatre Journal*, vol. 40, no. 4, 1988, pp. 519–531. Disponível em: www.jstor.org/stable/3207893.

_____. *Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions*. *The Journal of Philosophy*, vol. 86, no. 11, 1989, pp. 601–607. Disponível em: www.jstor.org/stable/2027036.

_____. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

_____. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993.

_____. *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997a.

_____. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997n.

_____. *Antigone's Claim: kinship between life & death*. New York: Columbia University Press, 2000.

_____. *Guantánamo Limbo*. Publicado em 14 de março de 2002. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/guantanamo-limbo/>>. Acesso em: 04/07/2017.

_____. *Precarious life*. London: Verso, 2004.

_____. *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press, 2005

_____. *Frames of war: when is life girevable?* London/Newyork: Verso, 2009.

_____. *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Editoria Autêntica, 2012.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. *O marco conceitual da vulnerabilidade social*. *Sociedade em Debate*, v. 17, n. 2, p. 30-40, 2011.

SHULMAN, George. *On Vulnerability as Judith Butler's Language of Politics: From "Excitable Speech" to "Precarious Life"*. *Women's Studies Quarterly*, vol. 39, no. 1/2, p. 227–235. New York: The Feminist Press at the City University of New York, 2011. Disponível em: www.jstor.org/stable/41290295

WORLD BANK. *Global Economic Prospects, Volume 4, Jaunary 2012: Uncertainties and Vulnerabilites*. Washtngton, 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/12105>

_____. *The state of social safety nets 2018*. Washington, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29115>